



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial, em data oportuna, a fim de comemorar os 150 anos da criação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Deputado Federal Duarte Gonçalves Jr (/MG)



[Página da matéria](#)



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

À Mesa Diretora,

Requeremos, nos termos do art. 151 do Regimento Comum, conjugado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação de uma Sessão Solene do Congresso Nacional, em data oportuna, a fim de comemorar os 150 anos da criação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional presta justa homenagem aos 150 anos de criação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), marco histórico que ressalta a sua importância vital como guardião dos princípios democráticos e do Estado de Direito. Desde sua fundação em 1874, o tribunal se notabilizou pela dedicação de magistrados e servidores que têm garantido a aplicação das leis e a proteção dos direitos fundamentais. Sua atuação incansável não se limita apenas ao âmbito jurídico, mas também permeia os tecidos da sociedade, promovendo a paz, a dignidade e a justiça para todos os cidadãos.

A história do Tribunal é entrelaçada com as tramas da sociedade mineira, onde cada decisão reflete o compromisso inabalável com a equidade e a legalidade. Ao longo desses anos todos, o Tribunal se consolidou como pilar essencial da justiça em Minas Gerais e referência de excelência no mundo jurídico.

Portanto, reconhecemos que o TJMG é merecedor dos mais entusiásticos aplausos pela celebração dos seus 150 anos de notável prestação jurisdicional.

Sala das Reuniões, 23 de maio de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura



REQUERIMENTO Nº , de 2024.

(Do Sr. Duarte Gonçalves Jr)

REQUERIMENTO DE SESSÃO SOLENE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 1º, §1º e §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional, em comemoração aos 150 (cento e cinquenta) anos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a ser realizada na data de 12 ou 19 de junho de 2024, no Plenário do Senado Federal.

JUSTIFICATIVA

Há 150 anos, considerando o vertiginoso crescimento populacional da Província de Minas Gerais, o Imperador D. Pedro II criou, pelo Decreto-Lei nº 2342, no dia 06 de agosto de 1873, o Tribunal da Relação de Ouro Preto, propiciando a agilização no andamento dos processos em fase de recurso. Tribunal da Relação era a denominação dada aos tribunais de Segunda Instância.

A assinatura do documento foi comemorada pelo mundo jurídico, uma vez que os anseios para a criação da segunda instância teriam sido finalmente atendidos. Assim, depois de uma longa demora, o Decreto assinado pelo Imperador constituiu-se no limiar de uma nova era, sendo reservado à capital, Ouro Preto, a sede da justiça de segunda instância, doravante com competência para revisar as decisões judiciais prolatadas nas 37 comarcas existentes à época em Minas Gerais.

Por força do Decreto Imperial, contando com a Relação de Ouro Preto, foram criadas sete novas Cortes, sendo as demais as de Porto Alegre, São Paulo, Fortaleza, Belém, Goyas, antiga capital da Província de Goiaz, e Cuiabá. Desta forma, as sete novas Relações, somadas às quatro já





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Duarte Gonçalves Jr - REPUBLICANOS/MG

CD/24775.57640-00

existentes, que eram as da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco, correspondiam à toda a Segunda Instância no país.

Transcorrido um século e meio, é evidente o quanto evoluiu a prestação jurisdicional no nosso país. Nesse interregno o Tribunal da Relação de Ouro Preto sofreu modificações tanto na sua denominação, atualmente Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, como na sede, hoje em Belo Horizonte, a atual capital do Estado.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sob a presidência do Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, é o segundo maior tribunal do país, sendo o mais eficiente, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Constitui-se em uma Corte moderna, sempre sensível ao clamor daqueles que buscam justiça, mostrando-se no seu sesquicentenário um Tribunal apto para enfrentar os desafios do porvir. Portanto, o presente requerimento tem como objetivo comemorar os 150 anos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e sua relevância na sociedade brasileira.

Por essas razões, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Duarte Gonçalves Jr
Republicanos/MG

